

## CORPO PRETO COM DEFICIÊNCIA E VIOLÊNCIA: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NO DIREITO À EDUCAÇÃO

<sup>1</sup>RIBAS ROCHA, E.

<sup>1</sup> Pós-graduanda do curso Educação e Diversidade-IFRJ, e-mail: evellyn.ribas@outlook.com

**Palavra-chave:** Interseccionalidade; Educação Inclusiva; Direito à Educação

A interseccionalidade oferece uma lente analítica para compreender como múltiplos marcadores sociais de opressão raça, deficiência e classe social interagem e produzem vulnerabilidades específicas. No contexto educacional brasileiro, pessoas pretas com deficiência enfrentam barreiras complexas que vão desde a inacessibilidade física e pedagógica até a exclusão sistemática e a violência simbólica. Este estudo tem como objetivo analisar como essas dimensões de opressão impactam o direito à educação, considerando o efeito do necropoder e das políticas de biopolítica na marginalização desses corpos. A pesquisa fundamenta-se em uma revisão crítica da literatura sobre educação inclusiva, direitos humanos e estudos interseccionais, articulando conceitos de autores como Kimberlé Crenshaw, Achille Mbembe e bell hooks. A análise indica que a violência direcionada a pessoas pretas com deficiência não se restringe a agressões físicas; manifesta-se também por meio de práticas pedagógicas excludentes, preconceitos institucionais e negligência do Estado em oferecer condições adequadas de aprendizado. Nesse sentido, a escola atua como espaço ambivalente: pode reproduzir padrões de exclusão, mas também se constitui como espaço de resistência e promoção da equidade, dependendo da atuação do corpo docente e da implementação de políticas públicas inclusivas. O estudo enfatiza o papel do pedagogo e dos educadores na construção de práticas educativas que contemplem as especificidades de corpos negros com deficiência, buscando estratégias que promovam autonomia, participação e reconhecimento das identidades dos alunos. Destaca-se que a compreensão interseccional é essencial para a formulação de respostas pedagógicas que integrem justiça social, acessibilidade e equidade racial, garantindo o direito à educação de maneira plena e inclusiva. Espera-se que os resultados contribuam para a reflexão crítica sobre a necessidade de políticas educacionais inclusivas que reconheçam a complexidade das interseções de raça e deficiência, bem como a relevância da formação docente para enfrentar a violência institucional. O estudo reforça a urgência de estratégias que articulem educação, direitos humanos e justiça social, consolidando práticas pedagógicas antirracistas e capacitistas. Por meio desta análise, evidencia-se que a implementação de ações



# I SEMINÁRIO NACIONAL DO ONVE

Educação democrática,  
direitos humanos e  
enfrentamento às violências

24, 25 e 26 / novembro

UFF - Niterói

educativas interseccionais não apenas amplia o acesso e a permanência de alunos pretos com deficiência na escola, mas também fortalece a construção de ambientes de aprendizado mais justos e equitativos. A pesquisa contribui, portanto, para o debate sobre a educação inclusiva como instrumento de transformação social e de garantia do direito à educação para todos, sem distinção de raça ou condição de deficiência.



observatório nacional da  
violência contra educadoras/es